



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ

EDITAL DE PREGÃO 06/2011

O MUNICÍPIO DE IRAÍ, pessoa jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Rua Vazulmiro Dutra, 161, na cidade de Iraí - RS, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 37/07, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º. 8.666/93 e alterações, torna público o presente Edital aos que virem ou dele tomarem conhecimento que se encontra aberta a Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo “Menor preço”, conforme descrição abaixo relacionada, onde se reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio para o **credenciamento**, no Setor de Licitações **até dia 12 de dezembro as 8:45 horas**, recebendo-se os envelopes de Propostas e Documentação **até as 09:00 horas**, quando se dará o início dos lances, nos seguintes termos:

1- DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa para Confecção e Instalação de Placas de Sinalização Viária e Turística, em conformidade e nos locais indicados no Projeto e Memorial Descritivo que integram esta licitação.

1.1 DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

As propostas serão recebidas em uma via impressa, preferencialmente em papel timbrado da Empresa, assinada e rubricadas sem entrelinhas, rasuras ou borrões. O licitante deve usar dois envelopes distintos, fechados e com a seguinte descrição:

AO MUNICÍPIO DE IRAÍ PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2011 ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA FINANCEIRA PROPONENTE: (Nome completo da Empresa).	AO MUNICÍPIO DE IRAÍ PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2011 ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE: (Nome completo da Empresa).
---	--

2- DA PROPOSTA

O envelope nº 1 deverá conter a proposta com:

- Planilha discriminativa com **valores unitários e totais** nos moldes da planilha orçamentária discriminativa que integra o memorial descritivo;
- Valor total** da proposta;

Observações:

- O prazo de validade da proposta é de 30 (trinta) dias a contar da data aprazada para sua entrega;

- b) Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório;
- c) Os preços já deverão estar onerados dos impostos e deduzidos de eventuais descontos ou vantagens, frete CIF.

Nota Importante: Não serão aceitas propostas de preços cujo montante seja superior a R\$ 204.700,09 (duzentos e quatro mil, setecentos reais e nove centavos), sendo desclassificadas as propostas de valor superior, bem como serão consideradas inexequíveis e desclassificadas as de valor inferior a R\$ 135.000,00.

3 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 A licitante deverá apresentar-se para **credenciamento** junto ao Pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como a prática dos demais atos do certame.

3.1.1 A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.1.2 A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.2 O credenciamento será feito, **até as 08:45 horas do dia 12 de dezembro de 2011**, conforme segue:

⇒ **IMPORTANTE:** Independentemente se for representante legal, sócio diretor ou se pretender optar pelos benefícios da lei 123/06, deverá apresentar juntamente com os demais documentos especificados abaixo:

- o **atestado de visita técnica**, (atestado de que a empresa visitou alguns dos principais pontos onde serão instaladas as placas dentro do município, bem como de que conhece os demais locais onde deverão ser instaladas fora do município, e de que tem conhecimento do projeto como um todo) assinado pela empresa e visado pela Secretaria de Turismo do município.

- **atestado de capacidade técnica**, fornecido por no mínimo dois órgãos públicos, atestando que a empresa executou nestes órgãos públicos serviços de semelhança qualidade e complexidade ao objeto desta licitação.

IMPORTANTE: *A visita técnica deverá ser realizada no dia 08 de dezembro de 2011(08/12/2011), iniciando-se às 08h30min até as 11h30min horas com continuidade à tarde das 13h30min às 17h00min horas, com acompanhamento do Secretário de Turismo do Município.*

É condição para a participação na visita técnica a presença do representante da empresa na Prefeitura, Setor de Licitações, no seu início, às 8:30 do dia 08/12/2011.

3.2.1 Se **representante legal**, deverá apresentar:

a) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, devendo constar o nome da empresa outorgante e

também o nome do outorgado, constando ainda à indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública; **ou**;

b) Termo de Credenciamento (Anexo V) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, com assinatura reconhecida em cartório, mais;

c) Declaração de Conformidade (Anexo VI), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição indispensável de participação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº. 10.520/02, e;

d) Cópia do Contrato Social, para comprovação de que quem assinou o termo tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, conforme Art. 32 da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, podendo ser apresentado em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial.

3.2.2 No caso de **Sócio ou Diretor** da empresa licitante deverá anexar cópia do **Contrato Social** para comprovação que tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, além do **Termo de Credenciamento** e a **Declaração de Conformidade** citados acima.

3.2.3 A não apresentação do documento de Credenciamento (do representante legal), não será motivo para a desclassificação ou inabilitação do licitante. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pelo licitante durante os trabalhos (formular lances, negociar preços, interpor e/ou desistir de recursos).

3.3 As empresas que pretenderem se utilizar os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06 deverão apresentar **por fora dos envelopes** de Proposta e Documentação, para análise do Pregoeiro:

a) Declaração, firmada por contador e reconhecida em cartório, de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação, acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional (DECORE/DHP eletrônica) emitida via internet, no site do Conselho Regional de Contabilidade.

3.4 O não atendimento ao solicitado no item 3.3 acima, será entendido como renúncia a qualquer privilégio e a empresa receberá o mesmo tratamento dispensado às demais não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa.

3.5 As **Cooperativas** que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinados nos itens 6.13, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488/07, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **Declaração, firmada por contador reconhecida em cartório**, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

3.6 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

3.7 O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração caso necessário.

3.8 Importante. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referente ao certame.

3.9 O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.

4.0 DA HABILITAÇÃO

As empresas **Cadastradas** ou **Não Cadastradas** junto ao Município deverão apresentar dentro do **Envelope nº. 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão, atualizados, sendo que **TODOS** os documentos deverão ser apresentados em sua forma original, ou ainda por **CÓPIA AUTENTICADA** por tabelião, funcionário público municipal, publicações em órgão de imprensa oficial extraídos de sistemas informatizados (INTERNET), sendo que estas ficarão sujeitas a comprovação de autenticidade pela Administração Pública, conforme art. 32 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo único: Compreende-se que a documentação exigida das empresas cadastradas ou não cadastradas pelo município são todas as constantes nos itens **4.1.1** até o item **4.2.9** do edital.

4.1 As **empresas cadastradas** junto ao Município deverão apresentar dentro do **ENVELOPE Nº. 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

4.1.1 **Certificado de Registro Cadastral** (CRC), expedido pelo Município de Iraí, com todos os documentos em vigor e, no caso de documentos com prazo de validade vencidos, a licitante **deverá anexar junto ao CRC** (no envelope de documentação), os documentos atualizados.

4.1.2 **Declaração da licitante**, de que não pesa contra si, **Declaração de Inidoneidade**, (Anexo III) e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditiva para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

4.1.3 **Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII**, da Constituição Federal (Anexo IV), assinada por representante(s) legal (is) da empresa.

4.2 As **empresas não cadastradas** junto ao Município deverão apresentar dentro do **ENVELOPE Nº. 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

4.2.1 **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e no caso de empresa individual, registro comercial.

4.2.2 **Certidão de Inscrição** no CGC/CNPJ (matriz e ou filial).

4.2.3 **Prova de Regularidade com as Fazendas Federal** (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida ativa da União);

4.2.4 **Prova de Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

4.2.5 **Prova e Regularidade relativa à Seguridade Social** (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento de encargos Sociais instituídos por Lei;

4.2.6 **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.2.7 **Certidão negativa de matéria falimentar**, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da mesma.

4.2.8 **Declaração da licitante**, de que não pesa contra si, Declaração de Inidoneidade, (Anexo III) e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º Art. 32, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

4.2.9 **Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII**, da Constituição Federal (Anexo IV), assinada por representante(s) legal (is) da empresa.

4.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.3 ou 3.5 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 4.1.1 ou 4.2.3 a 4.2.7 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

I - Entende-se por restrição:

- a) Certidão de qualquer esfera ou documento que comprove débito inadimplente;
- b) Informação fiscal do contribuinte em débito (Receita Federal);
- c) Consulta de Regularidade das Contribuições Previdenciárias em débito (INSS).

4.3.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.3.2 Ocorrendo a situação prevista no item 4.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

4.3.3 O benefício de que trata o item 4.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

4.4 O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

5.0. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.1 No julgamento das propostas será adotado o **critério de menor preço global**, desde que atendidas as especificações do Edital;

5.2 Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Edital, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

Nota Importante: Não serão aceitas propostas de preços cujo montante seja superior a R\$ 204.700,09 (duzentos e quatro mil, setecentos reais e nove centavos), sendo desclassificadas as propostas de valor superior, bem como serão consideradas inexecutáveis e desclassificadas as de valor inferior a R\$ 135.000,00.

5.3 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.

5.4 Não havendo pelo menos 03(três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o Máximo de 03 (três) independente de seu valor, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

Nota – É facultado ao pregoeiro, mesmo existindo apenas uma proposta, exigir lances visando a redução do único preço existente.

5.5 No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem os requisitos serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor, **não se admitindo lance inferior a R\$ 500,00.**

5.6 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio público para a determinação de ordem de oferta dos lances.

5.7 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

5.8 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

5.9 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

5.10 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

5.11 Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para contratação, podendo o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

5.12 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes apresentarem desinteresse em apresentar novos lances, sendo, no entanto, facultado ao Pregoeiro aceitar ou não o preço cotado.

5.13 Será vencedora a licitante que ofertar o menor preço, sendo a adjudicação realizada depois de encerrada a etapa competitiva de todos os itens.

5.14 Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilhas de Custos de mercado, decidindo, motivadamente, a respeito.

5.15 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do edital, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital pelo pregoeiro.

5.16 A classificação dar-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor, o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o preço unitário.

5.17 Encerrada a etapa competitiva de todos os itens, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, abrirão o envelope de Documentação da licitante declarada vencedora, rubricando todas as folhas e colhendo rubrica dos licitantes presentes, considerando-se automaticamente inabilitadas aquelas que deixarem de apresentar qualquer dos documentos exigidos para habilitação;

5.18 Verificada a conformidade dos documentos de habilitação apresentado pela(s) licitante(s) vencedora(s), o pregoeiro lhe adjudicará o(s) item (ns) declarado(s) vencedor.

5.19 Serão desclassificadas:

a) as propostas **cujo montante seja superior a R\$ 204.700,09 (duzentos e quatro mil, setecentos reais e nove centavos), sendo desclassificadas as propostas de valor superior, bem como serão consideradas inexeqüíveis e desclassificadas as de valor inferior a R\$ 135.000,00.**

b) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponha em qualquer dispositivo legal vigente;

c) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

5.20 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

5.21 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas,

na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

5.22 A sessão Pública poderá ser suspensa a qualquer tempo pelo pregoeiro, desde que devidamente justificado e com prazo definido para o prosseguimento do processo.

5.23 Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, a(s) licitante(s) presente(s).

6- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

6.2. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.3. Após declaração do vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, que será imediatamente lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

6.4. Decorrido o prazo, sem a juntada do recurso pelo licitante que manifestou interesse em recorrer, importará na decadência do direito de recorrer, e o prosseguimento imediato do processo pelo Pregoeiro, adjudicando-se o objeto desta licitação ao licitante declarado vencedor e encaminhando o Processo à Homologação do Prefeito Municipal.

6.5 As razões e contra razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

6.6 O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente motivado dos fatos e fundamentos legais em parecer anexo do recurso.

7. DO RECEBIMENTO E DO FORNECIMENTO

7.1 A(s) empresa(s) vencedora(s) terão o prazo máximo de 05 cinco dias para assinarem o contrato, sob pena de perda do direito objeto dessa licitação.

7.2 A entrega do objeto da licitação deve ser de acordo com as especificações contidas no Projeto e no Memorial Descritivo.

7.6 A nota fiscal/fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com seu objeto.

7.7 A nota Fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a identificação do nº do edital de Pregão e da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento de material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.8 O contrato a ser firmado com a licitante vencedora, terá vigência de 90 dias contados da data de sua assinatura, período no qual deve ser executada a integralidade do objeto, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial podendo, entretanto, ser prorrogado se houver saldo ou aditivado mediante termo aditivo e concordância de ambas as partes.

Nota – Em caso de superveniência de fato impeditivo ou retardatário da execução, alheio à vontade da contratada, devidamente comprovado e aceito pelo Município, poderá haver a prorrogação do prazo pactuado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com os Termos de Medição a serem feitos pela fiscalização do serviço à cargo do Setor de Turismo do Município, e mediante a liberação dos

recursos da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/RS, de acordo com Contrato Repasse nº 0348139-19/2010/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA e Memorial Descritivo devidamente atualizado e mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente assinada.

9- DAS PENALIDADES

9.1 A licitante vencedora que descumprirem quaisquer das cláusulas ou condições do presente pregão ficará sujeita as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, especialmente de:

a) Multa de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente.

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

b1) advertência

b2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

b3) suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Iraí (RS), por prazo não superior a 02 (dois) anos.

b4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 A recusa pelo fornecedor em entregar os combustíveis, acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

9.3 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

9.4 O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

9.5 Nos termos do art.7º da Lei 10.520/02, o licitante, sem prejuízo das demais combinações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;

b) apresentação de documentação falsa para a participação no certame;

c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;

d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

e) comportamento inidôneo;

f) cometimento de fraude fiscal;

g) fraudar a execução do contrato;

h) falhar na execução do contrato.

9.6 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art.87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93.

9.7 As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

9.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira eu for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Iraí, no horário de expediente, preferencialmente com antecedência mínima de 3 (três) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes, ao Setor de Licitações, ou pelo fone (55) 3745 1288.

10.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no departamento de Licitações.

10.3 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão

transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente subseqüentes aos ora fixados.

10.4 Para facilitar os trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e correio eletrônico (e-mail).

10.5 A Administração poderá revogar a licitação por interesse pública, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

10.6 A Proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo art. 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, sobre o valor inicial do contrato.

10.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

10.8 Este Edital esta disponível no site da prefeitura municipal <http://www.irai.rs.gov.br/>. Demais materiais integrantes devem ser adquiridos na Prefeitura Municipal, setor de licitações, pelo custo de reprodução de material no valor de 20,00.

10.9 Fazem parte integrante deste Edital:

- a) **Anexo I** – Projeto de Sinalização Viária e Turística
- b) **Anexo II** – Memorial Descritivo
- c) **Anexo III**- Formulário Padrão para preenchimento da proposta.
- d) **Anexo IV**- Modelo de Declaração de Idoneidade
- e) **Anexo V** – Modelo declaração cumprimento Art. 7º da Constituição Federal
- f) **Anexo VI** – Modelo Credenciamento
- g) **Anexo VII**. Modelo Declaração de Conformidade.
- h) **Anexo IX**- Minuta do Contrato

Prefeitura Municipal de Iraí, 22 de novembro de 2011.

Mauro José Poncio
Prefeito Municipal em exercício

Clóvis José Magnabosco Filho
Assessor Jurídico – OAB 35.297

